

Polêmica sobre dívidas estaduais

13 DEZ 1995

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — Governo e parlamentares voltaram a divergir sobre a ajuda aos estados em dificuldades financeiras. Ao contrário do que disse o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) após encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso na semana passada, o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, afirmou ontem que o governo não ajudará os estados a renegociarem com os bancos privados dívidas geradas por operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias.

De acordo com Murilo, o governo aceitou apenas aumentar de 24 para 36 meses o prazo máximo de parcelamento destas antecipações, possibilitando captação de recursos externos no mesmo prazo, para rolagem das dívidas. O senador Carlos Bezerra - que tem um projeto para modificar a atual lei de rolagem das dívidas dos estados - tem outra versão para o acordo: "O ministro da Fazenda, Pedro Malan, ficou de resolver isto porque os bancos não estão querendo aumen-

tar os prazos de pagamento".

Segundo assessores do senador, a idéia era obrigar os bancos federais a ficarem com estas dívidas, embora o risco do crédito continuasse com o banco privado. Desta forma, o prazo de pagamento poderia ser ampliado. O secretário do Tesouro, porém, disse que tudo vai ficar como está, ou seja, a Caixa Econômica Federal (CEF) só vai assumir os débitos se quiser.

Murilo explicou ainda que o governo não autorizará todos os estados a tomarem empréstimos externos. O secretário citou os exemplos de Mato Grosso e Alagoas, que estão em pior situação financeira, como estados que poderão ter a autorização. Murilo garante que, apesar das autorizações, o Tesouro não avalizará estas operações que, segundo ele, serão garantidas pela receita dos estados.

O senador Carlos Bezerra disse que as mudanças na lei da rolagem não foram divulgadas ontem porque o governo pediu mais prazo

para negociar até amanhã. Segundo ele, o governo quer reduzir de 15% para 8% da receita anual o limite de empréstimos que os estados podem contratar com os bancos. O governo também quer transferir para o Tesouro o poder de autorizar empréstimos para os estados, hoje uma atribuição do Banco Central. (Sílvia Mugnato)

☐ O Senado deu ontem o sinal verde para a privatização dos serviços de fornecimento de energia no Rio de Janeiro. Por 38 votos a 10, os senadores aprovaram à tarde a cisão da Light em duas empresas: uma chamada informalmente de Light-Rio, que ficará com a parte operacional da companhia de eletricidade e será vendida até março; e a segunda empresa, formada pelos 48% das ações da Eletropaulo, que hoje pertencem à Light, e que herda também uma dívida de aproximadamente R\$ 750 milhões contraída pela distribuidora paulista.

FGTS protegido contra devedores

BRASÍLIA — O conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aprovou ontem uma medida que diminui o impacto de qualquer tentativa do Senado para reduzir o pagamento das dívidas com o FGTS, cerca de 85% do total das dívidas dos estados com o governo federal. Na negociação para a ajuda federal aos estados, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) ameaçou reduzir o limite máximo de pagamento das dívidas estaduais. Com a decisão de ontem, ficou mais difícil a repetição da ameaça.

Em 90 dias, a Caixa Econômica Federal vai detalhar restrições para a contratação de novos empréstimos junto ao FGTS. O alvo da medida está justamente nos estados que reduzirem o atual nível de pagamentos de empréstimos antigos ou que fizerem pagamentos que não cubram, por exemplo, os juros dos contratos.